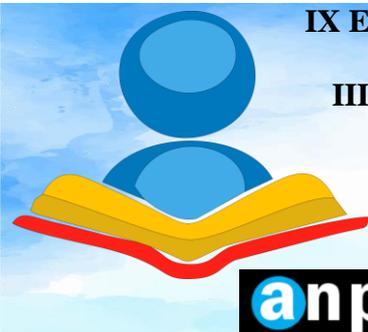


IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

A TÃO FALADA “EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA”: notas reflexivas

Fabricia Carla de Albuquerque Silva¹
Deyvid Braga Ferreira²
Claudiane Oliveira Pimentel Fabricio³

RESUMO

O texto tem por finalidade discutir os contornos e questionamentos que envolvem a chamada Educação para Democracia. Nessa perspectiva, inicialmente, trata-se da origem etimológica da palavra democracia e de qual forma pode ser refletida na educação formal. Em sequência, tratam-se de problematizações presentes nas relações entre política, escola e aspectos legais que apontam os princípios os quais devem reger o sistema de ensino brasileiro. Além disto, são elencadas ações para/com democracia, que perpassam os chamados “3Cs”. O terceiro tópico do artigo sublinha vivências obtidas a partir do Programa Missão Pedagógica no Parlamento. Por fim, compreende-se que educar para a Democracia prescinde de: flexibilidade, dialogicidade, participação, equidade, descentralização de poder, rompimento com pensamento oligárquico (governo para poucos), entre outros.

Palavras-chave: Educação – Democracia – Política - Missão Pedagógica no Parlamento.

1 INTRODUÇÃO

Ao se atentar à origem etimológica da palavra “Democracia”, observa-se que esta resulta da junção de duas palavras gregas, cujos significados são: povo e governo. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que “Democracia é o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos”. (BENEVIDES, 1996, p. 2).

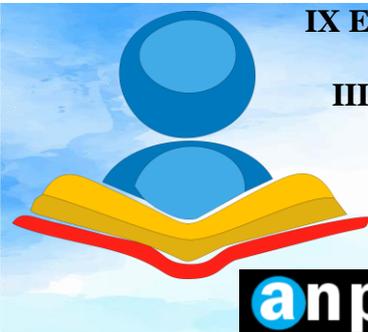
De que forma essa “soberania popular” pode ser refletida na escola? - A partir do conceito supracitado, pode-se afirmar que educar para a democracia compreende:

¹ Doutoranda em Educação – PPGE/CEDU/ UFAL, Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), Mestre em Educação – PPGE/CEDU/ UFAL, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: fabriciacarla2007@hotmail.com

² Mestre em Educação – PPGE/CEDU/UFAL, Possui Especialização em Mídias na Educação (UFAL/ CIED/ CEDU), e em Direito Processual (ESMAL/ AL), É formado em Direito/ Ciências Jurídicas e Sociais (FADIMA/ CESMAC/AL), Membro do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), Professor da FAT/AL. E-mail: deyvidbrafe@bol.com.br

³ Mestre em Educação – PPGE/CEDU/UFAL, Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas, com Especialização em Coordenação Pedagógica - UFAL, Integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE). E-mail: claudepimentel@gmail.com

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



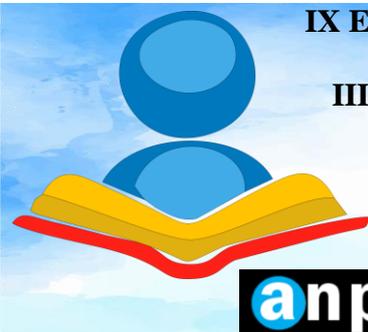
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

1. Dar voz e vez aos sujeitos. Isto é, perceber que os estudantes não são “tábulas rasas”;
2. É não restringir a preocupação ao acesso à educação formal, mas, também, criar as condições de permanência dos estudantes;
3. É criar ações para pagamento de dívida social aos grupos que historicamente foram excluídos e desmerecidos. Nesse caso, dentre as políticas criadas, podemos destacar àquelas das cotas étnicas e sociais;
4. É estimular situações nas quais os sujeitos compreendam que “democracia” não se restringe ao momento pontual de votar.

Acerca do terceiro ponto, elencado anteriormente, é relevante ressaltar que, apesar de toda a discussão existente em torno da necessidade da política de cotas, ela ainda é interpretada de diferentes formas. Há pessoas que a concebem como o melhor caminho para se ter o mínimo de equidade nos processos seletivos, considerando as dificuldades encontradas por sujeitos discriminados racialmente ou integrantes de classes menos favorecidas. Por outro lado, há aqueles que consideram a política de cotas como algo injusto ou desnecessário.

No Brasil, pretos e pardos recebem em média apenas metade dos vencimentos recebidos por brancos. Em se tratando de grupo com 12 (doze) ou mais anos de estudo, dados do IBGE apontam que a proporção de brancos empregados é três vezes maior do que a de pretos e pardos. Além disso, também, existem discrepâncias em relação ao gênero: homens e mulheres são tratados de formas bem diferentes no mercado de trabalho. Esses dados são, aparentemente, paradoxais em comparação aos discursos que qualificam o Brasil como país “sem racismo” e “democrático”!

Outro aspecto relevante: uma educação democrática deve extrapolar os muros do dualismo: uma educação para as elites e outra para a classe pobre. Não adianta afirmar: “Somos todos iguais perante a lei”; “A educação é um direito de todos...”, se na prática não é isso que se observa. Uma triste realidade é a seguinte: existem profissionais que possuem posturas totalmente diferentes a depender do público para o qual está trabalhando - elite ou classes populares. Além do compromisso individual dos profissionais, semelhantemente, faz-



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

se necessário a efetivação de políticas públicas que minimizem os distanciamentos entre a educação das diversas classes sociais.

Quando se fala em “Educação Democrática”, outro item que precisa ser considerado é o respeito às especificidades culturais de cada região do país ao se pensar em matrizes curriculares e conteúdo de livros didáticos. Para um estudante do Ensino Médio Técnico Integrado em Agroecologia, por exemplo, além do conhecimento geral (a nível global e nacional), também, é imprescindível dominar técnicas das produções vegetais típicas da região na qual vive. Outro exemplo: Estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado em Hospedagem, além de estudarem questões ligadas à História Geral, também, precisam conhecer a história e peculiaridades da região na qual irão atuar profissionalmente.

Logo, pensar em “educação para democracia” faz parte de uma complexa teia de relações, que engloba desde aspectos estruturantes, políticas públicas até especificidades pedagógicas do cotidiano escolar. Diante dessa compreensão, em sequência serão apresentadas reflexões a partir da relação entre escola e os seguintes termos: política, neutralidade, silenciamento e 3 C’s, além de vivências oportunizadas no Programa Missão Pedagógica no Parlamento, cuja participação inspirou a realização de projetos ligados à Educação para a Democracia em diversas cidades do país.

2 POLÍTICA E DEMOCRACIA NA ESCOLA

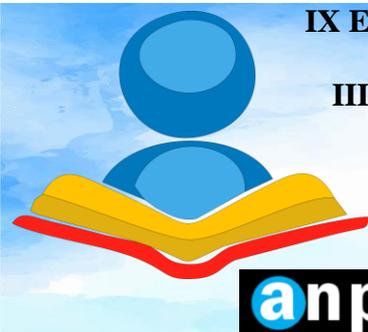
Kahne e Westheimer (2003, p. 1) apresentam a seguinte indagação: “Quais das seguintes manchetes nunca apareceram em um jornal? 1. Estudantes não demonstram melhoria em Português e Matemática – Governo ameaça intervenção nas escolas; 2. Escolas públicas podem sofrer intervenção do governo por falha de formar cidadãos democráticos”.

É provável que muitos apontem a segunda manchete como aquela que dificilmente seria publicada em um jornal. Tal resposta também reflete o que se considera como prioridade na esfera educativa. Com isso, é possível relacionar política e esfera escolar?

2.1 ESCOLA NEUTRA? LUGAR APOLÍTICO?

A partir da concepção de educação enquanto ato político, compreende-se, nesse artigo que é muito difícil pensar em uma escola neutra, na qual se oculte as visões de mundo dos

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



sujeitos. Escola é espaço de diálogo, pluralidade, inclusão, formação omnilateral, estímulo à produção de conhecimento e criticidade. Entretanto, questiona-se: Quem faz política? Onde é possível encontrá-la?

“A política é uma forma de estar presente no mundo. Viver em sociedade é ser capaz de, em cooperação com outras pessoas, criar e transformar a ordem social em que se está” (ASSEMBLEIA DE MINAS, 2017, p. 5). Logo, é válido ressaltar que essa não se resume a ações do/no Parlamento. “Todos nós fazemos política, por exemplo, quando discutimos temas de interesse coletivo, seja protestando contra o aumento de preços, seja discutindo a política de cotas em universidades públicas” (ASSEMBLEIA DE MINAS, 2017, p. 6).

Portanto, a política faz parte dos processos pedagógicos e da vida das pessoas. Faz-se política até quando se escolhe não participar ou se omitir em assuntos de interesse coletivo. Logo, é imprescindível que essa discussão também seja considerada nas escolas.

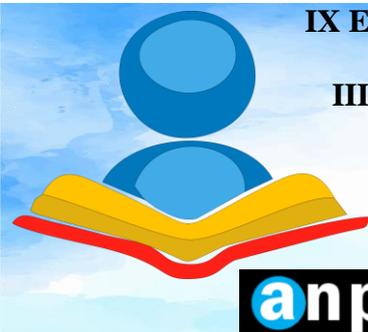
2.1.1 Calar e ocultar?

A história do nosso país está marcada com o silenciamento de diversos sujeitos sociais. Um exemplo é o que apontava o artigo 92 da primeira Constituição Federal de 1824, no qual fica evidente a exclusão de diversos sujeitos do direito de votar nas Assembleias Paroquiais, dentre os quais, “criados de servir”, pessoas pobres, menores de vinte e cinco anos (com algumas exceções), entre outros, não tinham voz na sociedade.

No século XIX, a Constituição Federativa do Brasil trazia termos como “direito de todo cidadão” e “ficam abolidos todos os privilégios”. Entretanto, o termo “todos” se referia a determinado grupo social privilegiado e, conseqüentemente, reafirmação do *status quo*.

A invisibilidade de alguns grupos sociais também estava marcada quando se pensava na oferta de escolas. Por exemplo, o Liceu de Artes e Ofícios de Alagoas, inaugurado em 1884, foi destinado à camada popular, operários e artistas, ambos os sexos tinham acesso. Porém, o ensino propedêutico secundário era destinado a formar em sua maioria uma jovem clientela do sexo masculino, de classes abastadas. Nesse sentido, Arilda Ribeiro (1996, p. 26) destaca: “ensino feminino durante o Segundo Império era visto, de uma maneira geral, com pouco interesse pelo governo monárquico. O ensino secundário público era dirigido, apenas, aos discentes do sexo masculino [...]”.

**IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS**



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Diante do exposto, trazer à tona aspectos históricos contribui para o entendimento e desmistificação de falas impregnadas na sociedade. Uma costureira afirmativa destaca-se: “Quem cala, consente” (Seria isso mesmo?). Nem sempre calar-se é sinônimo de aceitação. Cala-se por diversas razões: aceitação, conformidade, timidez, apatia, medo, falta de oportunidade de expor suas ideias, impedimento, entre outros.

O artigo 206 da vigente Constituição Federal (1988) do Brasil determina que o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições e permanência na escola.
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- III – Pluralismo de ideias...
- IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- V – Valorização dos profissionais do ensino.
- VI – Gestão democrática na forma de lei. [...] (BRASIL, 1988)

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) também aponta os princípios democráticos que devem compor o fazer pedagógico:

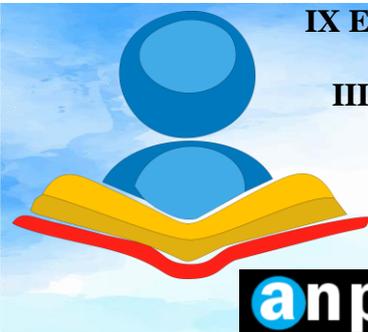
- Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:
- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico.
 - II – Participação das comunidades escolar e local em Conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Logo, diante do exposto, os termos “calar” e “ocultar” não coadunam com os princípios democráticos. Pensar em uma organização escolar democrática “[...] implica não só a participação na gestão, mas a gestão da participação”. (LIBÂNEO, 2001, p. 11). E essa gestão da participação vai além do ato de votar/ escolher representantes da equipe gestora da escola.

2.2 AÇÕES PARA E COM DEMOCRACIA: os 3 C’s

As ações “para” e “com” democracia trazem dois alicerces: atuações para garantir a democracia e o exercício efetivo dessa democracia. Nessa perspectiva, Quando se fala em Educação para a democracia é necessário ter cuidado para não confundir com Democratização do Ensino. Enquanto o segundo se refere à universalização do acesso à escola e ao ensino de

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

boa qualidade, o primeiro diz respeito à intencionalidade da escola vivenciar relações democráticas em seu cotidiano escolar, priorizando a formação cidadã.

Ações de Educação para Democracia prescindem do estímulo do desenvolvimento de capacidades, tais como: pensar, participar, elaborar, analisar e propor políticas. Isto é, trabalhar não apenas conhecimentos, mas também, habilidades e valores.

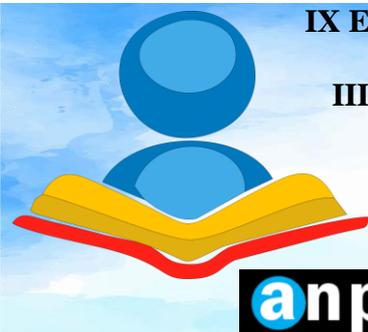
Para trabalhar as dimensões supramencionadas, algumas práticas pedagógicas são essenciais, os chamados 3 C's: compromisso, capacidades e conexões democráticas. Conforme Rocha *et al* (2017, p. 6), o **compromisso** diz respeito ao estímulo do sentimento de pertencimento à ação. O segundo "c" (**capacidades**) corresponde aos conhecimentos, habilidades e comportamentos desenvolvidos no processo educativo, para isso é fundamental envolver os sujeitos em situações reais, nas quais aprendam na "prática". Por fim, o terceiro "c" trata das **conexões democráticas**, a partir das quais busca-se esclarecer aos participantes que, ao se tratar de cidadania democrática, as suas ações não são individuais, mas sociais.

3 PROGRAMA MISSÃO PEDAGÓGICA NO PARLAMENTO: vivências, aprendizados e a inspiração de projetos em todo o Brasil

Falar em Educação para a democracia também remete às vivências e aprendizados proporcionados pelo Programa Missão Pedagógica no Parlamento, o qual é destinado à professores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais de escolas públicas brasileiras. Trata-se de uma capacitação, patrocinada pela Câmara dos Deputados, composta pelas seguintes fases: 1. Inscrição e sorteio de profissionais de todos os estados do Brasil; 2. Curso à distância acerca de Educação para Democracia; 3. Seleção de dois representantes de cada estado do país, a partir do desempenho no curso *on-line*, visando a participação no curso presencial em Brasília; 4. Formação em Brasília, com atividades atreladas ao conhecimento acerca do Poder Legislativo; 5. Projetos de Aplicação nas escolas de lotação dos profissionais que participaram da referida formação.

Todos os anos há a possibilidade de diversos profissionais da educação brasileira participarem do Missão Pedagógica no Parlamento. No ano de 2017, em especial, ao todo 60 educadores(as) das mais diversas partes do país tiveram a oportunidade participar da fase

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

presencial do Programa. Foram momentos de interação, compartilhamento de experiências e construção coletiva de conhecimento.

Diversos projetos foram realizados de acordo com as especificidades dos *lôcus* de aplicação, a partir de um questionamento norteador comum: "Como podemos articular o Poder Legislativo e seus temas inspiradores com a realidade escolar de forma a aprimorar o exercício da democracia?". E, tais experiências resultaram em um livro intitulado: "Educação para a Democracia: projetos inspiradores das professoras e professores do Brasil", publicado no ano de 2018. Inclusive, há um capítulo reservado para as experiências de um projeto desenvolvido em Alagoas: "Escrevendo Cartas aos Vereadores do Litoral Norte Alagoano: Protagonismo dos Estudantes do IFAL – *Campus Maragogi*".

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

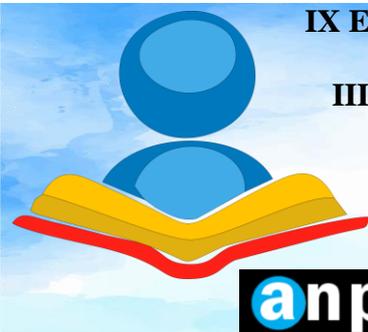
Potencializar o trabalho escolar é fazê-lo com base no diálogo, isto é, um clima/cultura institucional, na qual, os diversos integrantes sejam consultados e busquem soluções para problemáticas em conjunto. Logo, hierarquia não deve ser confundida com autoritarismo. Democracia na escola inclui trabalhar temáticas que implicam o bem comum, como diria Mario Sérgio Cortella ao tratar da ética na tarefa de educar: "[...] Formar pessoas é uma atividade que demanda fazer bem aquilo que se faz e fazer o bem com aquilo que se faz" (CORTELLA, 2015, p. 122, grifo nosso)

Nessa perspectiva, educar para a Democracia deve compor elementos, tais como: flexibilidade, dialogicidade, participação, equidade, descentralização de poder, rompimento com pensamento oligárquico (governo para poucos), entre outros.

Não há como falar em democracia sem pensar em direitos humanos, então, à guisa de considerações finais, sublinha-se a afirmativa de Boaventura de S. Santos (2013): "mais importante do que ser objeto de discursos de direitos humanos é ser sujeito de direitos humanos". Parafraseando o referido autor, pode-se dizer que mais importante do que discursar acerca de democracia é vivenciar e ser sujeito participante de democracia.

Portanto, sair da apatia e estimular o desenvolvimento de uma visão crítica é algo que precisa ser vivenciado nas nossas salas de aula, tanto das Universidades quanto da Educação Básica!

IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS
TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS



anpae



PPGE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CEDU - UFAL



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA DE MINAS. **Cartilha É Você que Faz Política!** Disponível em: <<http://www.educacaoadistancia.camara.leg.br>> Acesso em: 04 abr. 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação para a Democracia**. (versão resumida de conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP, 1996. Disponível em: <http://www.educacaoadistancia.camara.leg.br/ead_cfd/mod/folder/view.php?id=6750> Acesso em: 24 mar. 2017.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 01 jan. 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996.

CORTELLA, Mário Sérgio. **Educação, Convivência e Ética: audácia e esperança!** São Paulo: Cortez, 2015.

KAHNE, Joseph; WESTHEIMER, Joel. **Teaching Democracy: What Schools Need to Do**. Phi Delta Kappan, v.85, n.1, p 34-66, set 2003 (Tradução feita por Renata Bressanelli Silva). Disponível em: <http://www.educacaoadistancia.camara.leg.br/ead_cfd/course/view.php?id=320>. Acesso em: 16 abr. 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão escolar: Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2001. p.73 – 107.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Algumas Reflexões sobre a Educação das Mulheres no Século XIX. **Revista Nuances**. Valli, Setembro 1996. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/38/33>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ROCHA, Hérycka Sereno Neves da; OLIVEIRA, Maria Alice Gomes de; RODRIGUES, Raquel Braga. **Educar para a Democracia**. Disponível em: <http://www.educacaoadistancia.camara.leg.br/ead_cfd/pluginfile.php/70167/mod_resource/content/3/modulo3/pdf/modulo_3_educar_para_a_democracia.pdf> Acesso em: 16 abr. 2017

SANTOS, Boaventura de Souza. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.